

# **BOLÍVIA:**

## **DO ESTADO-NAÇÃO AO ESTADO PLURINACIONAL**

**WALTER CARLOS AUAD SOTOMAYOR<sup>1</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

Este ensaio trata das mudanças ocorridas na identidade nacional na Bolívia, que se estruturou historicamente a partir da independência do domínio colonial espanhol, e desde então foi questionada por uma população de maioria indígena que não se reconhecia como sendo parte integrante do Estado-nação proposto pelas elites que governaram o país.

O percurso proposto é o da análise dessas mudanças nos textos constitucionais que traduziram a evolução da sociedade e espelharam eventos históricos e políticos relacionados com a questão identitária até a constituição do Estado Plurinacional. O questionamento indígena ao Estado-nação havia começado antes mesmo da independência, diante da ordem imposta pelo domínio colonial espanhol e, mais tarde, contra instituições republicanas que os reconheciam como tutelados e subalternos, com direitos limitados em relação à população mestiça.

A questão indígena virou tema central do debate intelectual somente no início do século XX quando se começou a desenhar de forma aberta a política de assimilação. É importante destacar que essa política de assimilação era encarada como uma tarefa

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas/CEPPAC da Universidade de Brasília. E-mail: walter.sotomayor@gmail.com.

pelas elites que entendiam a necessidade de “civilizar” as populações indígenas aymara e quéchua, habitantes das terras altas, e de levar adiante o extermínio dos indígenas das terras baixas, vistos como “selvagens” cuja existência atrasava o progresso.

A tensão é o termo que parece definir esse permanente atrito entre indígenas e branco-mestiços marcado pela violência ao longo do século XIX e início do século XX. A restauração dos modos de vida e das instituições indígenas na região andina pode ser identificada como o objetivo dessas lutas que remontam ao século XVIII, primeiro contra o domínio colonial espanhol e depois contra as elites mestiças da República.

Essa tensão étnica é o que caracteriza a relação entre as elites e os indígenas. Utilizamos aqui o termo *etnia*, no sentido atribuído a ele por George Zarur (2014), “como um conceito antropológico que denota grupos humanos que marcam sua identidade por diferenças culturais escolhidas para esse fim”. O conceito inclui “a percepção das diferenças físicas ou biológicas entre seres humanos”, que estabeleceu hierarquias e classificações como as utilizadas na Bolívia.

A adoção do conceito de *etnia* apresenta um problema lógico, como adverte Zarur (2014), já que não havendo raças não se poderia falar de mestiçagem que alude à mistura de raças, mas não podemos nos referir à discriminação sem mencionar o termo *raça*, ou seja, à biologização das diferenças.

A questão da identidade aparece no processo histórico e político boliviano em interação com fenômenos sociais de diversa ordem em que desponta a luta pelo reconhecimento das instituições e da ordem das *etnias* indígenas. Encarar essa análise pelo exclusivo caminho da descrição dos efeitos perversos da discriminação limitaria seu alcance, uma vez que desde o século XVIII há nas comunidades indígenas andinas uma consciência que explica em parte sua ação política.

Taguieff (1998), ao se referir à discriminação racial ensina que ela tem um caráter pluridimensional e se expressa em atitudes,

comportamentos, pela exclusão institucional e pelos discursos ideológicos. Se bem todas essas dimensões que consideramos de caráter étnico podem ser observadas no caso boliviano, neste trabalho se optou pela análise da dimensão institucional da condição subjugada dos indígenas e pelo estudo das regras dessa relação explicitada nos textos constitucionais.

Na última etapa do período colonial e muito antes da formação de uma consciência independentista na comunidade *criolla*, isto é, dos filhos de espanhóis nascidos na América, uma insurreição dos indígenas aymaras havia colocado em cheque o poder militar espanhol em uma tentativa de restabelecer a ordem pré-hispânica.

Essa insurreição liderada por Túpac Katari, que culminou com o cerco indígena à cidade de La Paz em 1781, é um marco importante na genealogia dos movimentos indígenas na Bolívia, e pode explicar também a criticada hegemonia aymara e um essencialismo nas características da sua etnia. Essa rebelião, entretanto, foi também apropriada como referência simbólica pelas elites que constituíram, em 1825, o Estado-nação.

As consequências de uma rebelião derrotada não se limitaram à execução dos seus líderes. O cerco à La Paz e a decisão dos indígenas de eliminar brancos e *criollos*, reforçou a repressão contra qualquer movimento em direção à conquista de autonomia nos primeiros anos da República. Os historiadores atribuíram a esse temor à decisão dos dirigentes *criollos* de limitar a participação indígena nos quinze anos da guerra da independência.

Os conquistadores espanhóis e os *criollos* que os sucederam no exercício do poder, atribuíram aos indígenas um papel subalterno, como sublinha Quijano (2005, p. 107) “Inla América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”. As elites mestiças que assumiram posições de poder no período republicano mantiveram instituições coloniais como a “encomenda” (servidão) dos indígenas que mantiveram intocado o caráter subalterno dessas populações. Quijano (2005) adverte que

"se um Estado-nação moderno pode expressar-se em seus membros como uma identidade, não é somente devido a que pode ser imaginado como uma comunidade. Os membros precisam ter em comum algo real, não só imaginado, algo que compartilhar" (QUIJANO, 2005, p. 119).

Nos Estados modernos, essa participação ocorre na distribuição do controle do poder. Em quase dois séculos de história do Estado-nação, os indígenas estiveram afastados das decisões políticas. A leitura dos textos constitucionais aponta diferenças de tratamento entre a elite mestiça e os indígenas.

A promulgação de uma constituição política de 1826, outorgada por Simon Bolívar, pode ser considerada o ponto de partida do Estado-nação e de suas instituições. Essa primeira Carta Magna excluía os indígenas da condição da cidadania, e, portanto, do processo político nacional. Para ser cidadão era necessário, além de boliviano, ser casado ou maior de 21 anos, saber ler e escrever (exigência que só passou a vigorar a partir de 1836) e ter emprego, com exceção dos empregos domésticos. Limitava o exercício dos direitos políticos a uma pequena elite econômica e mantinha de forma indireta a condição subalterna da população indígena. Outras dez constituições promulgadas no século XIX mantiveram essa situação que considerava indiretamente os indígenas em regime de servidão.

Autores como Alcides Arguedas (1909) advertiram que seria impossível erguer a Nação sobre a velha crença na superioridade racial e Franz Tamayo (1909) sugeriu que o país deveria ser construído sobre o que chamou de caráter nacional, isto é, as características da etnia indígena (MITRE, 2003).

O ponto de inflexão para as mudanças na ideia do Estado-nação pode ter sido a Guerra do Chaco (1932-1935) na qual mestiços e indígenas se viram na obrigação de lutar. A participação indígena no conflito armado criou as condições para o debate em torno do papel dos indígenas na sociedade nacional.

Só em 1938, o texto constitucional aboliu qualquer tipo de prestação de serviços não remunerados. A mudança ocorreu como resultado da participação dos indígenas bolivianos na Guerra do

Chaco quando o Estado-nação disputava um território com outro país. Antes dessa guerra os indígenas “não haviam participado em enfrentamentos bélicos nem formavam parte do Exército já que não eram considerados cidadãos, eram simplesmente servos e mais nada”, segundo o historiador Pablo Michel que estima em 20 mil o número de indígenas que participaram no conflito em um contexto de mobilização de 200 mil bolivianos.

Depois do conflito bélico a questão indígena havia entrado na agenda nacional como um dos temas mais importantes junto com a questão fundiária, a educação e o controle da vida política exercido pelos chamados “barões do estanho”, em um contexto em que a mineração era a base da atividade econômica nacional.

Após a Guerra do Chaco, surgiu um movimento político de características urbanas, mas com forte apoio na população indígena empregada na agricultura e na mineração em busca de transformações políticas na sociedade. A Constituição de 1938, além de levar adiante a nacionalização dos recursos naturais estabeleceu o controle estatal sobre a exportação do petróleo e representou notável avanço ao reconhecer e garantir a existência das comunidades indígenas. Até então, as constituições não se referiam expressamente aos indígenas e de certa maneira pode se dizer que faziam de conta que não existiam. No entanto, a guerra havia dado visibilidade aos indígenas e a Constituição de 1938 mencionava também a necessidade de regularizar a propriedade da terra mediante aprovação de lei específica.

Sete anos depois, entretanto, a Constituição de 1945 mantinha a virtual proibição sobre a participação dos indígenas (e da população analfabeta em geral) nas eleições, uma vez que o voto estava limitado à população alfabetizada (em espanhol) o que era uma restrição importante em um país com vários idiomas e com altos índices de analfabetismo.

Em 1952, o nacionalismo revolucionário acabou, por decreto e não por via constitucional, com essas restrições e instituiu o voto universal e os direitos políticos sem distinções. O governo formado por uma elite mestiça criou também um ministério de

Assuntos Camponeses para tratar dos temas da população indígena e aprovou uma reforma educacional que tinha como eixo a perspectiva da assimilação.

O nacionalismo revolucionário havia transformado indígenas em camponeses na tentativa de dar um novo sentido à distribuição de terras propiciada pela reforma agrária, além de acabar com o latifúndio e seu poder na política nacional. O nacionalismo revolucionário acreditava ter superado as divergências entre duas posições divergentes como expõe Sanjinés<sup>2</sup>:

O reformismo social nacionalista buscou integrar o indígena, enquanto o positivismo social darwinista, que não desapareceu completamente, continua enxergando no indígena estigmas e atavismos que impedem a plena construção do plurinacional (SANJINÉS, 2014).

Por isso, conclui que a mestiçagem promovida com critério reformista ou com critério nacionalista foi sempre uma iniciativa das elites em boa parte da segunda metade do século XX e que existia “uma surpreendente ambivalência na mestiçagem como discurso oficial nacionalista que aceita a diversidade cultural, mas que a relega ao esquecimento, como ruína que pertence ao passado” (SANJINÉS, 2006, p. 377).

O nacionalismo revolucionário havia propiciado o ingresso dos indígenas aymaras e quéchuas na política e sucessivos governos militares levaram adiante esse vínculo propiciando pactos políticos. O nacionalismo mestiço foi progressivamente contestado pelos movimentos indígenas como o Katarismo e o Indianismo que rejeitavam a política da assimilação no bojo de outras demandas de caráter econômico e social (SANJINÉS, 2006).

Criou-se pois uma verdadeira corrente de demandas insatisfeitas que não eram exclusivamente econômicas e salariais, já que também respondiam à necessidade de satisfazer demandas étnicas e raciais que

---

<sup>2</sup> Sanjinés fez parte do Grupo de Estudos Subalternos Latino-americanos criado em 1994, na George Mason University, do qual participaram John Beverley, Robert Carr, José Rabasa e Ileana Rodríguez.

não haviam sido resolvidas satisfatoriamente na etapa corporativista da Revolução nacional (SANJINÉS, 2006, p. 376).

O Katarismo reivindicava, com base na consciência de classe e na consciência étnica aymara, a restauração do modelo de sociedade existente antes da chegada dos conquistadores espanhóis. A corrente Katarista decidiu manter as suas reivindicações de autodeterminação não mais no seio de pequenos partidos políticos, mas através de um mecanismo sindical ao criar a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), como explica Silvia Rivera (RIVERA CUSICANQUI, 2010).

Essa necessidade de autodeterminação significa simultaneamente um anseio, até agora frustrado, de formar parte de um projeto nacional-popular de raízes verdadeiramente democráticas e pluralistas, e a vontade de manter uma identidade e uma capacidade de irradiação próprias, sustentadas na autonomia cultural índia. É evidente que isso coloca um sério desafio para a sociedade boliviana, cujas elites, de tanto se considerar a si próprias como sinônimo do próprio país, tenderam sistematicamente a eludir e negar a demografia real do país, e a desconhecer a heterogeneidade da sociedade em benefício de um monolítico projeto de nação feito à imagem do Ocidente" (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 217).

As constituições bolivianas mudaram em quase dois séculos de República, mas só em 1995, o primeiro artigo da Constituição definiu a Bolívia como multiétnica e pluricultural e se referiu especificamente a essas características dos povos indígenas em três parágrafos do artigo 171.

- I. Se reconhecem, se respeitam e protegem no marco da lei, os direitos sociais, econômicos e culturais dos povos indígenas que habitam no território nacional, especialmente os relativos a suas terras comunitárias de origem, garantindo o uso e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, a sua identidade, valores, línguas, costumes e instituições;
- II. O Estado reconhece a personalidade jurídica das comunidades indígenas e camponesas e das associações de camponeses;
- III. As autoridades naturais das comunidades indígenas e camponesas poderão exercer funções de administração e aplicação de normas próprias como solução alternativa de conflitos, de acordo com seus costumes e procedimentos, sempre que não sejam contrárias a

esta Constituição e às leis. A lei compatibilizará estas funções com as atribuições dos poderes do Estado.<sup>3</sup>

Esse texto, ratificado na Constituição de 2004, não apenas legitimou diferenças como expressou garantias jurídicas e reconhecimento de uma ordem institucional própria. Uma das principais mudanças diz respeito ao reconhecimento de territórios de propriedade coletiva, característico das comunidades indígenas das terras altas.

O reconhecimento do caráter pluricultural e multiétnico na Constituição de 1995 pode ter sido um passo importante para a declaração da Bolívia como Estado Plurinacional na Constituição aprovada em 2010.

Luis Tapia, ao mencionar os antecedentes que deram lugar a esse processo, atribui protagonismo à criação da Central Indígena dos Povos do Oriente da Bolívia (CIDOB) que unificou diversas etnias das terras baixas em um mecanismo político e passou a exigir do Estado e da sociedade “um reconhecimento cultural (a dignidade) e a territorialidade, isto é, o reconhecimento de suas formas de vida econômica e social e de suas estruturas políticas” (TAPIA, 2010). A CIDOB lança também a primeira demanda de uma assembleia constituinte. A outra fonte de demanda de um Estado Plurinacional estaria no movimento conhecido como Katarismo, que se assume, por um lado como classe explorada (camponeses) e por outro lado como nação. Esses avanços foram consolidados numa nova carta deu lugar em 2010 ao Estado Plurinacional: “Nação é um modo de traduzir a termos modernos um processo de articulação e unificação política que pretende articular vida econômica, vida social, reprodução social e formas de governo em relação a territórios históricos” (TAPIA, 2010).

O texto promulgado em 2010 atribuiu direitos autônômicos a 36 povos indígenas, mas não gerou uma legislação infraconstitucional que a tornaria aplicável. Segundo a Carta Magna, as

---

**3** Constituição Política do Estado, promulgada pelo presidente Gonzalo Sanchez de Lozada em 6 de fevereiro de 1995. Disponível em: <<http://econstitucional.com/menuconstitucion.aspx>>.



36 comunidades étnicas, as comunidades interculturais, afro-bolivianas e a totalidade dos bolivianos conformam o Estado Plurinacional.

A Bolívia, assim como outros países americanos, consolidaram mudanças de atitude em relação às populações indígenas, que na sua maior parte são minorias e no caso boliviano constitui a maioria da população. As mudanças institucionais no caso boliviano foram resultado de um processo político interno, mas também há fatores externos que devem ser levados em conta. Como aponta a antropóloga Alcida Rita Ramos (2012) ao fazer referência ao contexto sul-americano.

As conquistas políticas advindas dessas constituições ou emendas constitucionais não resultaram da boa vontade nem do sentido de justiça por parte dos Estados-nações. Ao contrário e apesar deles, são fruto do movimento pan-indígena que se espalhou por todo o continente, especialmente nos anos de 1970, e ganhou foro internacional quando organismos como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OEA (Organização dos Estados Americanos) passaram a acolher demandas indígenas por justiça étnica contra os desmandos dos Estados-nações a que estão adscritos. (RAMOS, 2012).

Há um aspecto que deve ser ressaltado neste longo processo histórico político rumo ao reconhecimento das características culturais e institucionais das populações indígenas e é o fato de que esses saltos qualitativos foram dados dentro da estrutura e das regras do Estado-nação.

Certamente o Estado-nação não é mais o de 1825, uma vez que os elementos da cultura indígena foram progressivamente apropriados pela população nacional, da mesma forma que o país eminentemente rural do século XIX deu lugar a um país que concentra 85% da sua população em cidades. É razoável pensar que a discriminação deveria diminuir pelo reconhecimento de direitos, como também da aprovação de uma lei antirracista. Olhando o processo em perspectiva é possível identificar grandes mudanças e também reconhecer que assim como as etnias são construções sociais é possível esperar novas configurações da identidade na Bolívia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLÍVIA. *Constituições* (1826-2009). Disponível em: <<http://econstitucional.com/menuconstitucion.aspx>>.

MITRE, Antonio. *O dilema do Centauro, Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Editora UFMG, 2003. Série Humanitas.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. Colección Sur Sur.

RAMOS, Alcida Rita (Org.). *Constituições Nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Coleção Humanitas.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Oprimidos pero no vencidos, Luchas del Campesinado Aymara y Qhechwa 1900-1980*. La Paz: La Mirada Salvaje, 2010.

SANJINÉS, Javier. *El espejismo del mestizaje*, Programa de Investigación Estratégica de Bolívia. La Paz, 2014.

\_\_\_\_\_. *El mestizaje en viño: una propuesta alternativa*, em Desarrollo e Interculturalidad, Imaginario y Diferencia: la Nación en el Mundo Andino, Academia de la Latinidad. Rio de Janeiro, 2006.

TAGUIEFF, Pierre André. El Racismo. *Cahier du CEVII 'OF*, n. 20, 1998.

TAPIA, Luiz. Consideraciones sobre el Estado Plurinacional, *Bolivian Research Review/RevistaE*. vol. 8, n. 2, oct./nov., 2010.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. *A Guerra da Identidade, Ensaios latino-americanos*. Brasília: Editora Francis, 2014. No prelo.

## RESUMO

Este trabalho trata da tensão étnica que caracteriza a relação entre as elites e os indígenas na Bolívia em quase 200 anos de vida republicana. Essa relação marcada frequentemente pela violência é analisada à luz dos textos constitucionais que refletem uma mudança do conceito de identidade

nacional desde a independência em 1825 até a declaração do país como uma sociedade pluricultural e multiétnica, na constituição de 1995, e da instituição do Estado Plurinacional, em 2010.

*Palavras-chave:* Estado-nação, Bolívia, Plurinacional, Identidade.

## ABSTRACT | BOLIVIA: FROM NATION-STATE TO PLURINATIONAL-STATE

This paper deals is about the ethnic tension that characterizes the relationship between elites and the indigenous in Bolivia in nearly 200 years of republican life. This relationship, often marked by violence, is seen in the light of constitutional texts that reflect a change in the concept of national identity since independence in 1825 until the declaration of the country as a multicultural and multiethnic society, in the 1995 constitution and the institution of the Plurinational State in 2010.

*Keywords:* Nation-state, Bolívia, Plurinational, Identity.

## RESUMEN | BOLIVIA: DEL ESTADO-NACIÓN AL ESTADO PLURINACIONAL

Este ensayo aborda la cuestión étnica que caracteriza la relación entre las elites y los indígenas de Bolivia en casi 200 años de vida republicana . Esa relación marcada frecuentemente por la violencia es analizada a la luz de los textos constitucionales que reflejan un cambio del concepto de identidad nacional desde la independencia, en 1825, hasta la declaración del país como una sociedad pluricultural y multiétnica, en la constitución de 1995, y de la institución del Estado Plurinacional, en 2010.

*Palabras Claves:* Estado-Nación, Bolivia, identidad, Plurinacional.